

# CHAPA UNIÃO

Com a participação de todos



Técnico valorizado,  
interesse público preservado

**Por uma SEFAZ pública e transparente !**

# Propostas da Diretoria Executiva

## **CONCURSO E PROVIMENTO PARA O CARGO**

Exigir a efetivação de todos os processos relativos ao concurso público: procedimentos iniciais, realização de provas e admissão dos aprovados. Propor uma política permanente de recomposição do quadro.

## **ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES**

Redefinir, através de Lei, as atribuições e atividades dos Técnicos do Tesouro do Estado para readequá-las às novas realidades tecnológicas, metodologias de trabalho e políticas públicas em todas as áreas da Secretaria da Fazenda.

## **QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

Exigir a disponibilização, pela Administração, de oportunidades de qualificação profissional aos Técnicos. Incentivar a sua participação, prover e promover a manutenção de parcerias visando o acesso a cursos de aperfeiçoamento profissional e desenvolver projetos próprios de qualificação.

## **POLÍTICA SALARIAL**

Manter um movimento de luta pela qualificação da política salarial, com igualdade de tratamento nos pleitos das diferentes carreiras da Sefaz. Buscar a implementação de gratificações por atividade com remuneração adicionada, nas modalidades legalmente reconhecidas (insalubridade e/ou periculosidade).

## **INCLUSÃO, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

Lutar por uma Sefaz mais democrática e voltada para o interesse social, em que o Técnico do Tesouro do Estado participe ativamente dos processos de trabalho, na construção de suas diretrizes estratégicas e rotinas operacionais. Exigir a adequação da Corregedoria com a inclusão de representação da categoria dos Técnicos.

## **CIDADANIA**

Desenvolver projetos de cidadania fiscal, assessorando os municípios nas suas ações de legitimação da função social do tributo como indutor de políticas públicas. Implantar o Prêmio Cidadania Fiscal.

## **POLÍTICA SINDICAL**

Ampliar a política de relacionamento e articulação com as demais entidades sindicais e entidades associativas e representativas, buscando, sobretudo, a salvaguarda dos interesses da categoria.

## **MARKETING EXTERNO**

Manter e desenvolver ações de marketing externo de valorização das atividades desenvolvidas pelos Técnicos.

## **POSTOS DE TRABALHO**

Defender a manutenção e buscar a reabertura das unidades fazendárias relevantes ao desenvolvimento socioeconômico regional, fortalecendo o papel da administração tributária estadual.

# Diretoria – Gestão 2013/2016

**Carlos De Martini Duarte** - Presidente

Formado em Direito (PUC/1985). Exerceu o cargo de Presidente do Afocefe de 2004-2007 e foi Vice-Presidente (2001-2004), Secretário Geral e Diretor para Assuntos Legislativos em outras gestões. Vice-presidente da FASPERS. Servidor da Sefaz desde 1981. Exerce a Coordenação Executiva do PC do B na Assembleia Legislativa.

**Gilberto da Silva** - Vice-Presidente

Técnico em Contabilidade. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo. Servidor da Sefaz desde 1991. Lotado no Posto Fiscal de Torres.

**Niro Afonso Pieper** – Secretário-Geral

Formado em Administração de Empresas (UFRGS/1993). Ex-Diretor da FASP, exerceu a Vice-presidência do Conselho Deliberativo do IPERGS e na administração estadual, o cargo de Diretor Administrativo, Diretor Geral e Secretário Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente. Servidor da Sefaz desde 1991. Lotado na AMFM - turma volante da capital.

**João Tolentino Borges** - Diretor Administrativo

Ex-Diretor do Sindicato. Servidor da Sefaz desde 1968. Aposentado.

**José Carlos Borges da Silveira Júnior** - Diretor Financeiro

Formado em Engenharia de Minas (UFRGS/1993) e Direito (PUC/2003). Exerceu o cargo de Diretor Administrativo do Sindicato e Diretor Jurídico Adjunto da FEBRAFISCO. Representante da Sefaz na Comissão de Controle do IRGA. Servidor da Sefaz desde 1994. Lotado na AMFM - turma volante da capital.

**Ives Agamenon Leite Lucas** - Diretor Jurídico

Formado em Direito (PUC/1991). Diretor Jurídico na Gestão 2010-2013. Servidor da Sefaz desde 1994. Sua lotação é no Departamento de Pagamento de Pessoal.

**Paulo Roberto da Silva** - Diretor de Integração e Política Social

Formado em Ciências Contábeis. Diretor do Sindicato em três gestões. Servidor da Sefaz desde 1980. Lotado na Seccional da CAGE junto a Casa Civil.

**Adelar Vendruscolo** - Diretor de Assuntos Sindicais e Formação Política

Formado em Administração de Empresas (URIFW/1992). Exerceu o cargo de Secretário da Fazenda de Frederico Westphalen. Servidor da Sefaz desde 1990, lotado no Posto Fiscal de Iraí.

**Giugliano dos Santos Medeiros** - Diretor de Comunicação e Cultura

Formado em Ciências Econômicas (UFRGS/1992), Gestão de TI (UNISUL/2009) e Direito (IPA/2011). Representante da Sefaz no Comitê Executivo de TI e Comunicação do Estado. Servidor da Sefaz desde 1994, lotado na Supervisão de TI.

**Ivanir Roncato** - Diretor Legislativo

Formado em Direito (UPF/1994) e Especialista em Direito Tributário (IMED/2004). Exerceu o cargo de Vice-prefeito e Secretário da Administração e da Fazenda de Marau. Servidor da Sefaz desde 1993, lotado nas Turmas Volantes de Passo Fundo.

**Tânia Santos Coelho de Souza** – Diretora de Desenvolvimento Funcional

Graduada em Ciências Sociais, Especialista em Projetos Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia/Políticas Públicas (UFRGS). Servidora da Sefaz desde 2005, lotada na Assessoria de Promoção e Educação Tributária da Subsecretaria da Receita Estadual.

**Márcia Alves Anschau** - 1º Suplente

Formada em Ciências Contábeis (UNISC/1993). Delegada sindical em várias gestões. Servidora da Sefaz desde 1994, lotada na DRE/Lajeado.

**Eduardo Jardim Pinto** - 2º Suplente

Formado em Economia (PUC/RS 1981) e Ciências Contábeis (UFRGS/1991). Docente na Faculdade de Administração Contabilidade e Economia da PUC. Exerceu os cargos de Secretário Geral e Diretor Financeiro do Afocefe. Servidor da Sefaz desde 1978, lotado na CAGE.

**Antônio Flávio Nunes Bernardes** - 3º Suplente

Servidor da Sefaz desde 1967. Aposentado e representante dos aposentados no Sindicato.

**Rodrigo de Castro Silveira** - 4º Suplente

Acadêmico de Engenharia Elétrica (UFRGS). Servidor da Sefaz desde 2006, lotado na DTM.

**Franciscus Maria Cornelis Saedt** - 5º Suplente

Formado em Ciências Econômicas (FERVI/Bento Gonçalves). Delegado Sindical em várias gestões, no interior e na Capital. Servidor da Sefaz desde 1978, lotado Agência do ITCD.



# A força da unidade

Em um momento ímpar na história da categoria, que avança em temas importantes para o seu fortalecimento e crescimento como carreira de Estado, a unidade das forças políticas é essencial para o bem de todos. A construção da chapa única consolida o sentimento de união e a convergência de ideias e ações para a escolha de seus representantes.

Sinto-me honrado em ser o escolhido pela unidade para conduzir este processo de lutas para o fortalecimento e valorização da carreira de Técnico do Tesouro. Os desafios serão muitos. Mas, com a participação de todos, será possível construir uma gestão forte, predisposta ao diálogo, sem se afastar dos compromissos assumidos.

Para atingir os objetivos de valorizar a categoria, preservar o interesse público e lutar por uma Sefaz pública e transparente, o Sindicato terá uma forte incidência nos movimentos sociais, construindo parcerias com setores da sociedade civil organizada, com o Parlamento, buscando incansavelmente o

diálogo com as forças políticas para discutir e encontrar soluções às dificuldades financeiras do Estado.

Na primeira gestão como presidente do Afocefe, entre 2004 a 2007, construímos, junto à Casa Civil, a exigência, em Lei, de nível superior para o ingresso na carreira de Técnico do Tesouro como forma de valorizar os profissionais e qualificar o serviço prestado. Agora, uma das principais metas desta nova gestão é a concretização do concurso e a nomeação de servidores.

A discussão das atribuições e atividades dos Técnicos do Tesouro também ganhará papel de destaque em nossa gestão. Fomentaremos, junto à categoria, a participação em estudos técnicos para alicerçar as políticas em prol do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Bom trabalho e boa luta para todos nós!

**Carlos De Martini Duarte**

# Um concurso para a sociedade

A profissionalização do Estado sempre esteve diretamente relacionada ao concurso público, no sentido da implementação de carreiras públicas, imunes ao nepotismo e ao patrimonialismo, na busca da eficiência e da efetividade na prestação de serviços à sociedade. O surgimento de tal instrumento representou a moralização do ingresso de servidores no serviço público. E as carreiras, a mais adequada organização dos recursos humanos na busca de resultados validados socialmente, devendo subsistir enquanto forem capazes de produzi-los de forma legítima.

No Estado do Rio Grande do Sul a ausência de um órgão de relevância, na gestão efetiva de pessoal, deu espaço ao surgimento de movimentos setorializados de autogestão de pseudo carreiras, divorciadas dos interesses da sociedade. Na Secretaria da Fazenda do RS, por exemplo, chegou-se ao absurdo de serem realizados concursos para cargos cujas atribuições já não representavam nenhuma satisfação de necessidade pública.

A partir de uma estratégia de valorização de cargos menos pelo que produzem para a sociedade e mais pela dificuldade de ingresso na respectiva carreira, surgiu uma casta de servidores cuja aprovação no concurso passou a ser um fim em si mesmo e cuja preservação do status quo passou a depender da eliminação de possíveis ameaças de cunho corporativo. Neste viés, dá-se o

fechamento de repartições fazendárias e o sucateamento da fiscalização do trânsito de mercadorias. Esta conjuntura determinou a perda de legitimidade destas carreiras, ou seja, a perda do reconhecimento junto à sociedade e aos seus representantes.

O nosso Estado, que há muito deixou de ser parâmetro positivo de desenvolvimento econômico e social, não pode suportar mais tão perversa relação custo/benefício na aplicação de recursos em privilégios. A reversão desta distorção passa pela oxigenação, através de concursos públicos para carreiras de maior rendimento.

Há 12 anos não ocorre concurso para a carreira de Técnico do Tesouro do Estado. Este interstício, excessivamente longo, traz graves prejuízos à transmissão do conhecimento acumulado, à efetividade do serviço prestado e à consolidação e preservação da cultura de trabalho.

A tomada de decisão do gestor não pode estar refém de interesses corporativos, mas sim comprometida com a sua responsabilidade política. Em razão disto, a Chapa União exigirá, na sua gestão, uma nova postura da Administração frente aos descabros cometidos pelo patrimonialismo fazendário remanescente, a começar pelo cumprimento imediato dos compromissos assumidos publicamente, tanto com a categoria quanto com a sociedade gaúcha.